

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB 2012

**GT 10: Informação e Memória**

**O DOCUMENTO E OS LUGARES DE MEMÓRIA: protagonistas na  
perpetuação da memória social**

**Modalidade de apresentação: Comunicação Oral**

Márcia Ivo Braz – UFPE

Cíntia Maria Silva de Holanda – UFPE

Marilucy da Silva Ferreira – UFPE

marcia\_ibraz@hotmail.com

**Resumo:** Produto de uma revisão teórica e bibliográfica, o presente trabalho objetiva discutir considerações, conceitos e definições de documento e sua importância como instrumento de propagação da memória. Debate o fato de registrar os fatos cotidianos como característica inata ao homem, onde o documento, seja ele escrito, em forma de objeto ou evidência constitui um instrumento de memória que garante a difusão de informações para gerações subsequentes. Analisa o conceito de documento e discute seus tipos, além de considerá-lo como patrimônio histórico e cultural. Aborda também o conceito de memória e seus pontos de vista, ao passo que estabelece um breve apanhado acerca de sua evolução. Discute o que são lugares de memória e sua importância na preservação e difusão da história. Conclui-se, pois, que a memória, resultante ao mesmo tempo de um cunho individual e coletivo, manifesta-se de forma viva, perpassando o tempo e o espaço, pois não há sociedade sem memória. Dessa forma, o que está arraigado apenas a um meio efêmero, como as culturas essencialmente orais, está fadado a desaparecer com o tempo, pois não possui a possibilidade de perdurar.

**Palavras-chave:** Memória. Lugares de memória. Memória documental.

## 1 INTRODUÇÃO

Característica inata ao homem, a necessidade perpetuar fatos, crenças e memórias surgiu antes mesmo da escrita com as sociedades consideradas orais, que são aquelas que antecederam a escrita propriamente dita, onde o conhecimento era transmitido oralmente aos indivíduos, através de narrações e ritos. Essencialmente, era utilizada a memória biológica para que o conhecimento e as tradições fossem preservados; assim, o conhecimento era armazenado nas mentes dos integrantes do grupo, que deveriam repassá-las para as gerações futuras.

A invenção da escrita, e até mesmo as primeiras representações pictóricas já trataram de mudar a realidade das sociedades cujo objeto de garantia da sobrevivência da memória era a comunicação oral. Pode-se hoje ao menos inferir o que se passava nas sociedades que adotavam algum tipo de registro da história, enquanto no tocante àquelas que dependiam da oralidade acabaram perdendo no tempo suas marcas, pois nada garante que algum vestígio tenha chegado até nós.

Deste modo, a introdução da escrita deu um novo molde à memória das sociedades, pois graças a elas puderam ser perpetuados até os dias atuais uma gama de elementos que nos permitem conhecer, mesmo que através de inferências em alguns casos, o passado, bem como compreender o presente, podendo, inclusive, planejar o futuro graças aos documentos como instrumentos de materialização da memória. Consideram que os documentos desempenham papel fundamental na história da humanidade, uma vez em que, repercutem para a sociedade projeções anteriores de distintos fatos e acontecimentos. Assim, a preservação da memória, por meio dos documentos, deve expressar valor significativo em diversos seguimentos sociais, culturais e econômicos.

Portanto, os documentos constituem-se de importantes instrumentos para a memória social, que através do tempo modificou-se de acordo com o contexto a que estava atrelada, e que ainda continua em movimento, pois não é estática, e paira sobre o ponto de vista tanto individual como também do coletivo, da cultura social, costumes, crenças e tradições a que estamos todos vinculados. Então, nesse processo, os documentos têm a capacidade de registro, colaborando para o crescente desenvolvimento da sociedade.

Assim, este trabalho consiste em uma revisão teórica e bibliográfica, uma vez que busca subsídios para os conceitos e definições das temáticas abordadas. Dessa forma, o objetivo se configura em discutir considerações sobre conceitos e definições de documento e sua importância como instrumento de propagação da memória. Quanto a esta, apresenta

alguns conceitos sob diferentes aspectos, já que se trata de uma matéria multidisciplinar, ao passo que estabelece um breve apanhado sobre sua evolução. Também são analisadas e discutidas considerações sobre os lugares de memória, considerados guardiões e difusores da cultura e do conhecimento.

A partir dessas considerações, este trabalho se justifica na medida em que proporcionará reflexões a respeito do documento em si, na ótica de protagonistas na perpetuação da memória social. Ao se ter essa visão acerca de documento, pode-se contribuir ou despertar interesse sobre o assunto, visto que, a partir dos documentos, há variadas formas de acesso das diversas áreas da memória da sociedade.

## **2 O DOCUMENTO E A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA**

Inerente ao próprio homem, a necessidade de gravar e registrar fatos cotidianos, costumes e crenças, a fim de que fossem repassadas às gerações subsequentes, sempre acompanhou a humanidade através dos séculos. Embora não houvesse um sistema formal de símbolos, as tentativas rudimentares de registro até então nos fornecem valiosos indícios das civilizações ancestrais, e, posteriormente, com o advento da escrita, a memória atrelada a esse tipo de registro passaria por uma evolução: surgiria, então, o *documento* um suporte especialmente destinado à escrita.

Neste tipo de documento, o registro tem como funções principais o armazenamento de informações, o que permitiria a comunicação sem, no entanto, atrelar-se ao tempo e ao espaço, resultando em um modo de memorização, podendo garantir, concomitantemente, a mudança de uma cultura auditiva para também visual, com a introdução de símbolos e significados (GOODY, 1977).

Isso foi mais latente na antiguidade, quando se tornou possível o registro da memória, mas não deduziu sua importância, e, mesmo hoje, com toda modernidade que se propaga pelos diversos níveis sociais, a necessidade de registrar - aliada ainda ao anseio de compartilhar, como podemos observar através dos fenômenos das redes sociais - não tem apagado o antigo instinto de fazer a memória perdurar.

Embora esteja se tornando usual o fato de haver espaço para o registro de informações por meio eletrônico, pode-se observar que o espaço reservado ao papel, por exemplo, ainda continua relevante: as operações formais de registro, certidões, e o próprio mercado do livro,

continuam em alta. Dessa forma, pode-se notar que a noção de registro prossegue ligada à noção de suporte material, físico.

Intrínseco ao sentido de registro está intimamente conectado a ideia de documento (do latim: *documentum* = *docere* = ensinar). Entretanto, para a maioria das definições de documento, existe um certo consenso de que o seu conceito reúne uma síntese das idéias de *informação e suporte material*.

Nesse sentido, Malclés (1961, *apud* Dodebei, 1997, p. 121) classifica os documentos em quatro grupos principais:

1. **Documentos gráficos**, incluídos os manuscritos (objeto de estudo da paleografia) e os impressos (objeto de estudo da bibliografia);
2. **Documentos iconográficos**, constituídos por retratos, desenhos, gravações, fotografias, ilustração, mapas, quadros etc;
3. **Documentos plásticos**, tais como selos, moedas, medalhas etc;
4. **Documentos fônicos**, como discos, fitas etc.

Essas classificações demonstram a evolução dos suportes onde as representações foram sendo registradas, e, por outro lado, a forma como mais tarde os lugares de memória, - bibliotecas, museus e arquivos - iriam lidar com estes, seja pela especialização no tipo de suporte onde estão registradas as informações, seja no tipo de público que atendem.

Silva (2001, p. 30) pondera que

O acesso à herança cultural, por meio do resgate de documentos, responde à busca do homem pelo seu passado, de onde viemos e quem somos. As mensagens deixadas nos proporcionam o entendimento de nós mesmos, a que sociedade pertencemos e que espaço ou papéis ocupamos sócio-historicamente.

As representações da realidade foram tomando diversas formas conforme a evolução da sociedade e o passar do tempo: inicialmente com representações pictóricas, gravadas em paredes de pedra, e mais tarde em suportes mais sofisticados como argila, pergaminho e mais recentemente em papel, podemos observar que houve mudança nos suportes, mas não da finalidade. Assim, também foi surgindo além da necessidade de registrar, a de armazenar para possível acesso futuro. Nesse sentido, a relação da memória com as técnicas (ou suportes) é antiga, conforme exposto por Ferreira e Amaral (2004, p.138):

A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição [...] posto que a memória não é possível sem artifícios como a linguagem e a escrita[...].

Dessa forma, abre-se espaço para o surgimento dos lugares de memória com finalidade de guarda, cujo papel atual abrange funções que vão além de preservar e disseminar a informação: desempenham uma importante função tanto na preservação, quanto na construção da memória e do patrimônio de uma sociedade. Logo, patrimônio e memória são bens de ordem tanto material quanto imaterial, que detém determinado valor para uma sociedade, e destaca a identidade, valores e a cultura, que são difundidos entre seus descendentes.

Preservar o patrimônio de forma sistemática tornou-se uma preocupação de fato a partir do século XIX, momento que data após a Revolução Francesa. Conforme Souza (2009), a partir desse momento, começou a existir uma preocupação de eleger monumentos que pudessem impedir que o passado fosse esquecido.

Por patrimônio histórico cultural entende-se a memória registrada, a fim de garantir à sociedade a construção de valores, compreensão dos fatos e problemáticas, sendo também ponto de partida para que sejam desenvolvidos estudos sob diversas perspectivas que não apenas servem para descrever fatos, mas, de acordo com o grau de aprofundamento científico que pode ser conferido, torna possível refletir determinadas situações, propor medidas para resolvê-las ou ponderá-las, além de suprir a necessidade do homem, que é de compreender sua existência. Assim, fica evidente a necessidade de ser preservado tanto pelo Estado, quanto pelos cidadãos (MAIA, 2003).

Enquanto o registro e a perpetuação da memória constituem a base inicial para a análise dos fatos passados e a reconstrução destes, pode-se inferir que a memória é “[...] um guia para o passado, transmissor de experiência, simultaneamente, seguro e dúbio”, e, portanto, um “[...] processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente” (AMARAL; FERREIRA, 2004, p. 1).

Mas afinal, em que consiste a memória? Seria um estado do ser, uma disciplina científica? Assim como ocorre com o termo *informação*, a palavra *memória* está revestida de conceitos e usos diversos, e para que não fuja do propósito deste trabalho, é necessário delimitar alguns pontos a respeito de sua abordagem.

### 3 A MEMÓRIA SOB O PONTO DE VISTA CONCEITUAL E EVOLUTIVO

Estabelecer um conceito para memória, de acordo com Le Goff (1990), está longe de ser uma tarefa simplista, isto porque assim como ocorre com a palavra *informação*, a palavra *memória* está revestida de conceitos e usos diversos, e seu estudo abrange múltiplos campos do conhecimento, uma vez que a memória tem a propriedade de conservar, é um fenômeno resultante de conjunto de ações psíquicas que criam e modificam impressões. Dessa forma, Le Goff (1990) assinala que a memória pode ser apresentada pela ótica individual, objeto da psicologia, psicofisiologia, psiquiatria etc, e também pela forma metafórica, como memória histórica e coletiva, e, portanto, social. Leroi-Gourhan (1994) considera a memória em sentido amplo, distinguindo três tipos: memória específica (consolidação dos comportamentos das espécies animais), memória étnica (que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas) e memória artificial (que assegura a reprodução de atos mecânicos).

Trataremos, pois, da memória social, que é representada pelo conjunto de ações temporais, da oralidade à escrita, desde a pré-história até a atualidade, onde é possível observar as ações individuais ou coletivas que mesmo sutilmente estão ligadas às situações passadas, e desembocam em um sentido, quer de continuidade, quer de ruptura, ocasionados pela acumulação de novos hábitos transformados e transmitidos através do passar do tempo, ou seja, todas as ações praticadas pelos indivíduos têm origem em um acontecimento passado, seja por força da memória específica (instintiva, que leva aos comportamentos inatos), seja por resultar do comportamento, crenças e padrões perpetuados graças à memória social do grupo no qual o indivíduo se insere, podendo também ter suas próprias percepções de modo particular.

Desde a Grécia Arcaica, na época que se considerava a memória como uma dádiva divina, e mais tarde, com o processo de laicização, momento que desencadeou o desenvolvimento de técnicas mnemônicas, e posteriormente a retórica, a ética, chegando no período quando passou a ser analisada a partir da perspectiva científica, a memória foi objeto de estudo de diversos pensadores e cientistas, que colaboraram no sentido de construir um conceito de memória, bem como entender os fenômenos a ela relacionados.

Na antiguidade, a memória era tida como algo religioso, transcendental, uma vez que seria um dom conferido a determinados homens, através dos quais as divindades se expressavam através de intérpretes: os aqueles que lembravam.

Durante o passar do tempo, a memória acabou passando por um processo de laicização e, com a possibilidade da utilização da escrita e do registro como extensão da memória, que

antes fazia parte de um processo exclusivamente oral, o que acabou por mudar os rumos de toda humanidade

Monteiro e Carelli (2007) afirmam que uma das formas de definir memória seria dizer que se trata da aquisição (no sentido de aprendizado), do armazenamento e a evocação de informações (no sentido de recuperar, lembrar aquilo que está armazenado). Assim, a memória faz jus à capacidade do ser humano em guardar em seu íntimo as situações que vivencia, sendo possível acessar, buscar essas impressões armazenadas posteriormente, seja resultante de uma situação coletiva, como as crenças de um grupo, seja das impressões oriundas de vivências particulares.

À memória é resguardado o lugar do lembrar, construir, desconstruir e compor. Trabalho de elaboração, reflexão, localização. Lembrar não é reviver, é antes de tudo, refazer caminhos e trajetórias. É organizar e ordenar o tempo, bem como situar o passado em uma cronologia que é única. Desta forma, os impactos da memória individual e coletiva para a historicidade humana devem ser vistos dentro de uma sucessiva interação entre o homem, o tempo, o espaço, cultura e sociedade, com todas as implicações que possibilitem novas escolhas e permitam o repensar e o fazer histórico, tendo em vista o presente e o futuro sem o rompimento com passado (SHIKIDA, 2005, p. 43).

Esse ponto de vista também é compartilhado por Ferreira e Amaral (2004, p.139), quando afirmam que “falar de memória é falar de uma certa estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do nosso presente e de nossa percepção do futuro”. Assim, a memória não se restringe a percepções exclusivamente individuais ou coletivas, mas uma soma condicionada a dois pontos de vista.

Halbwachs (1990, p.58) ainda aponta que:

[...] lembramos de questões colocadas no presente, a partir deste lembrar restauramos o passado. A memória não é sonho, é trabalho [...] o trabalho da memória apoia-se no testemunho da experiência passada do indivíduo e no de outros internalizados ou presentes fisicamente. O sujeito da memória é coabitado por diferentes pontos de vista. O confronto entre esses pontos de vista constitui a própria matéria da memória.

O fato de ser possível objetivar o discurso por meio da escrita conduziu densas transformações no tocante à função da memória na difusão do conhecimento. Na antiguidade, o surgimento da escrita esteve ligado a uma intensa transformação da memória coletiva, o que resultou em um duplice progresso, havendo o desenvolvimento de duas formas de memória: a comemoração, celebração de determinado acontecimento memorável por meio da construção

de monumentos comemorativos, e a memória atrelada à escrita, onde então seria o *documento* um suporte especialmente destinado à escrita, após tentativas utilizando ossos, peles, papiro, pergaminho e finalmente papel.

Neste tipo de documento destinado à escrita, o registro tem como funções principais o armazenamento de informações, que permite a comunicação independente do tempo e do espaço, fornecendo ao homem uma forma de memorização, além de garantir a passagem de uma cultura apenas auditiva para o aspecto também visual, com a introdução de símbolos e significados (GOODY, 1977).

Se na pré-história tornou-se possível, mesmo que de modo incipiente, o registro da memória, o passar do tempo só agregou mais possibilidades e aprimorou as técnicas que garantiam a perpetuação dos fatos. Já na Idade Média, palco de profundas transformações, a difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante chegou ao que Le Goff (1990) chama de “quase-monopólio” que a Igreja conquistou sobre o domínio intelectual, introduzindo uma memória litúrgica fundamentada em torno de si própria, e uma memória laica de fraca natureza cronológica, além do papel da memória no ensino que agora girava em torno de uma articulação entre o oral e o escrito, muito presente no sistema escolástico das universidades, onde recorrer à memória contemplava mais a oralidade que a escrita, em contrapartida ao aumento do número de manuscritos escolásticos. Tais fatos representam algumas das características das metamorfoses da memória na Idade Média, uma vez que a necessidade da lembrança figura como tarefa fundamental.

Cristianização da memória e da mnemotécnica, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento, enfim, de tratados de memória (*artes memoriae*), tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade Média” (LE GOFF, 1990, p. 438).

Yates (1966) assinala que no século XVII, a memória resiste como um fator do desenvolvimento do método científico, sendo experimentada e estudada por Francis Bacon, Descartes e Leibniz, e nesse sentido, o advento da imprensa provocou, durante alguns séculos, uma lenta e crescente mudança de paradigmas, onde se tornaria mais tarde determinante de uma forte divulgação do saber, uma vez que uma das únicas formas de se propagar a memória e o conhecimento era através dos manuscritos, atividade até então atribuída aos monges copistas, e, portanto, sob o domínio da Igreja. Yates (1966) afirma que a memória pareceu

nesse momento se afastar do centro das questões da idade Média para se tornar marginal, isto porque no tocante à memória escrita, formal, detida apenas por uma pequena porção da sociedade, em contrapartida à memória coletiva, informal, da classe menos favorecida, a popularização da escrita e mais ainda, o acesso à informação registrada acabaria por dissolver algumas barreiras entre essas duas realidades.

O século XVIII teve um papel importante na popularização da memória coletiva, onde ocorreu o primeiro e notório salto da literatura técnica, abrindo mais espaço para as demais modalidades de memória específica. Além do mais, a chegada da revolução Francesa deu ainda mais fôlego a esse movimento de popularização: “A memória até então acumulada vai explodir na Revolução de 1789: não terá sido ela o seu grande detonador?” (LE GOFF, 1990, p. 461)

A Revolução acabou abrindo perspectivas para a que a memória coletiva alcançasse um novo patamar. Na França, por exemplo, foram criados os arquivos nacionais, onde a publicidade dos arquivos abre uma nova fase, a da pública disponibilidade dos documentos da memória nacional. A Inglaterra também organizou o "Public Record Office", e o papa Leão XIII abre ao público, em 1881, o Arquivo secreto do Vaticano.

Esse fenômeno também aconteceu com os museus, cujo valor para a memória coletiva tornou-se imensurável, pois além do documento em si, os objetos, muitas vezes sem valor de uso, podem representar grandes acontecimentos para um indivíduo, uma comunidade e até mesmo para uma nação inteira. Por volta da metade do século XVIII, começou finalmente a era dos museus públicos e nacionais, acrescentando mais um ponto importante para a consolidação da memória ao logo de uma longa história.

Em meados do século XIX surge a fotografia, que, para a questão da memória, traz uma precisão maior, assim como a fidelidade de registro dos fatos, o que permitiu a facilidade de se acompanhar os acontecimentos por uma ótica cronológica, mais uma vez pelo aspecto individual, familiar, como também para muitos grupos sociais.

No século XX, sobretudo depois de 1950, a Segunda Guerra e os efeitos que trouxe consigo introduziram uma significativa aceleração na história, especialmente com o "[...] irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia" (SARACEVIC, 1996, p. 42), o que acarretou um crescimento exponencial da memória social, com um elemento que modificaria o cunho social das gerações sucessoras: o advento das tecnologias. Não apenas por instrumentos mais sofisticados, mas por desenvolver as memórias artificiais, largamente utilizadas atualmente com a função de armazenamento de informações em meio eletrônico. Esse tipo de memória

possibilitou avanços significativos e, aliada à Internet, tornou-se um instrumento poderoso para compartilhamento e acesso à informações e conseqüentemente à memória de diversas sociedades.

A evolução social através dos tempos demonstra a importância que a memória coletiva desempenha, pois é ponto integrante das mais diversas sociedades, sejam elas desenvolvidas ou não, das classes sociais mais favorecidas e das menos favorecidas, pois sempre há de se herdar para começar. Le Goff (1990, p. 475) afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Uma sociedade ou grupo que não consegue ou não registra seus traços, sua história, caso não tenha indivíduos que possam reproduzir aos seus descendentes seus relatos está fadada a desaparecer, e, além disso, é essencial que saibamos de onde viemos, o que se passou até chegarmos aqui, o que nos fundamenta, o que podemos fazer para ter um futuro melhor sem repetir desacertos do passado.

Portanto, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF 1990, p. 447).

Entende-se, dessa maneira, que toda a instrumentalidade usada na garantia da memória pode ser objeto da análise por parte da Ciência da Informação, pois refere-se a documentos, fotografias, *sites*, etc, ou seja, conhecimento registrado e socializado. Essa instrumentalidade é analisada pela Ciência da Informação no intuito de diagnosticar sua acessibilidade, seu fluxo, sua produção, disseminação e organização. Com isso, memória e informação são questões do âmbito da Ciência da Informação.

Nesse sentido, a perpetuação da memória, que foi garantida graças à sua socialização, não se deu de forma casual: foi preciso que há muito tempo evidências e documentos fossem preservados, e o mais importante, que se possa acessá-los; nesse sentido, os lugares de memória se configuram como verdadeiros guardiões da memória e da história.

#### **4 LUGARES DE MEMÓRIA: guardiões e propagadores da história**

Respondendo aos problemas informacionais da sociedade, e tendo como foco o uso da informação nos contextos humanos, a Ciência da Informação (CI) se constitui em um campo interdisciplinar de conhecimento (SARACEVIC, 1996). Dessa forma, nas subdivisões da CI,

existe um aspecto que engloba a atuação nos espaços destinados à memória, que surgiram inicialmente como espaços destinados a salvaguardar aquilo que era importante para determinada sociedade, afinal, como pode-se perceber, é característica do ser humano a necessidade de registrar, para que os fatos e informações perdurem para as futuras gerações.

Desde sua concepção, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares da **memória** da humanidade, pelo que, a perspectiva da memória é vista como **preservação**. Ao preservar documentos, os lugares da memória guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país [...] (MONTEIRO; CARELLI, 2007, p. 2).

Assim, os lugares da memória podem ser considerados como memória de longo alcance, devido à preservação de seus suportes materiais, o que explica, por exemplo, o fato dos lugares de memória em geral serem “institucionalizados”, ou seja, existe a necessidade de se atrelar um lugar físico, graças à importância que dá aos suportes materiais como mantenedores de evidências e memória. Porém, Oliveira e Santos (2009, p.1) afirmam que

Os “lugares de memória” não são apenas físicos, são também mentais, espaços imaginários onde quase não há preocupação utilitária, onde habitam coisas e não seres. Esses “lugares”, refúgios para os indícios, as marcas, os sinais do que se passou, permitiriam uma visão, ou melhor, uma “re-visão” da memória, pois, através do que neles está contido, nos seria possível apreciar o que é lembrado ou esquecido em relação ao passado.

Espaço de conservação e perpetuação do patrimônio intelectual, literário e artístico dos membros de uma sociedade, os lugares de memória não se constituem unicamente em local para reviver o passado onde se depositam os estratos das inscrições passadas, mas, constitui-se em espaço dialético de aspecto imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de reflexão e interpretação a partir das heranças intelectuais.

Jacob e Baratin (2008) pontuam, nesse sentido, que se trata de um cruzamento paradoxal entre um projeto utópico, uma vez que o objetivo central das bibliotecas era reunir todo o conhecimento produzido, o que, em contrapartida esbarrava em uma série de limitações técnicas, como as atividades de seleção, classificação, conservação, comunicação das informações, porém, não reprimiu seu desenvolvimento nem diminuiu sua importância através dos séculos. Os autores ainda acrescentam que esse papel só pode ser cumprido quando esses lugares estão a serviço da coletividade inteira, como “fermento dos saberes” e “motor dos conhecimentos”.

O desenvolvimento social trouxe algumas complicações para a memória coletiva. Em sociedades de cunho tradicional, a memória se incorpora aos fatos do cotidiano através dos costumes, crenças, rituais etc. Já na sociedade moderna, ela precisa ser congregada a ambientes socialmente estabelecidos para ser produzida e reproduzida (OLIVEIRA, 2010).

Nessa perspectiva, Nora (1993) institui o conceito de “lugares da memória” como sendo um meio para driblar o problema da perda de identidade dos grupos sociais.

Assim, segundo Oliveira (2010, p.41) assinala que “arquivos, bibliotecas e museus são lugares de memória socialmente instituídos e legitimados para a preservação dos materiais da memória nacional, “chaves” da memória coletiva dos povos. Contudo, esses espaços são vulneráveis a aspectos econômicos, à racionalidade administrativa, à inovação tecnológica e à disputa ideológica que muitas vezes colocam em risco sua própria existência.

A autora ainda ressalta que não são raros os casos onde os argumentos priorizados na política de gestão da informacional não contemplam as reflexões necessárias acerca da questão da memória.

Os lugares de memória tradicionais, como museus, arquivos e bibliotecas, são definidos como instituições culturais, uma vez integram um conjunto das estruturas sociais estabelecidas pela tradição que se dedicam à preservação e disseminação das manifestações artísticas e culturais, decorridas coletivamente (MARINHO; CHACON, 2011, p. 9), além de desempenhar a indispensável função de guarda e preservação da memória individual e coletiva. “Não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido [...] no passado, mas, de através dele, possibilitar estudos e investigações sobre tantas experiências passadas, presentes, de alguma forma, em seu acervo” (ANDRADE, 2009, p. 35).

“Como suporte do texto, o livro, manuscrito ou impresso, escrito em tabletes de argila, papíros ou pergaminhos, ou no formato eletrônico, constitui sempre um instrumento para a compreensão parcial da realidade” (CASTRO, 2006, p. 6), e essa compreensão é possibilitada pela relação que se instaura entre o documento e o consulente, cuja mediação é estabelecida pela linguagem.

Os documentos, independente do suporte onde estão registrados, contribuem para o resgate e produção de memórias, de modo a trazer ao conhecimento público fragmentos de informações que certamente ficariam perdidas no tempo. Logo, “a construção, preservação e valorização dos lugares de memória contribuem para que, no futuro, não se estabeleça, como contraponto à sociedade do conhecimento, a sociedade do esquecimento, cujo presente será descontínuo e ausente de sentido” (CASTRO, 2006, p. 10).

Em contrapartida a alguns autores e até mesmo à visão mais tecnicista, os lugares de memória não são espaços de recolhimento de poeira, mas compõem o espaço em que ocorre a ressurreição documentos, fotografias, objetos que trazem a marca de um tempo, de um lugar, de valores, opiniões, normas de grupos sociais organizados. Ou seja, qualquer que seja esse lugar de memória será um lugar de diálogo com o passado (JACOB; BARATIN, 2008).

Dessa maneira, Burke (2003) assinala que os lugares de memória, pelo poder de representação que contêm, contribuem para a apreensão do presente a partir do passado, trazendo perspectivas para o futuro. Em contrapartida, esses lugares de memória só adquirem sentido quando implicam em significado para seus leitores/usuários, e quando esses passam a se apropriar das informações ali guardadas. Isso pode definir tanto a sua sobrevivência como também sua decadência.

Museus e bibliotecas se tornaram heterotopias onde o tempo não cessa de acumular e que não alcança o seu auge. No século XVII, mesmo no final do século, museus e bibliotecas eram a expressão de escolhas individuais. Mas a idéia de acumular tudo, de estabelecer um tipo de ‘arquivo geral’, o desejo de ter, num único lugar, todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a idéia de construir um lugar que congregue todos os tempos que são, por si só, fora do tempo e inacessíveis à destruição do tempo, o projeto de organizar, deste modo, um tipo de acumulação perpétua e indefinida do tempo em um lugar imóvel, esta idéia de todo pertence à nossa modernidade. (FOUCAULT, 1984 *apud* CASTRO, 2006, p. 13).

Assim, a ideia de que nas unidades de informação não existe um “auge” das áreas do conhecimento que abarca porque a evolução do conhecimento é incessante e a cada dia proporciona novas descobertas e reflexões, acaba gerando sempre novas perspectivas para os lugares de memória, que conservam direto compromisso com a recuperação, acesso e apropriação da informação.

É necessário também abrir espaço para os recursos de tecnológicos, que podem contribuir para o resgate do passado, e que não devem ser vistos como ameaça à sobrevivência das tradicionais instituições, uma vez que diminuem as dificuldades do pesquisador em localizar e obter as fontes de que necessita para tecer a história ou aclarar alguns de seus pontos, conforme Castro (2006) assinala. A possibilidade da digitalização, do uso de fontes de informação eletrônicas não exclui o valor e a necessidade de se preservar o documento original. Por exemplo, a digitalização de um incunábulo, de uma pintura renascentista, pode facilitar a divulgação da informação, já que os recursos tecnológicos podem abranger um maior contingente de indivíduos do que esperar que estes visitassem um

museu ou uma biblioteca. Porém, o fato de estar digitalizado não substitui o valor do original, mas contribuem no sentido de dinamizar a memória, as informações, ao passo que os documentos em si são resguardados, a fim de que perdurem.

É natural, além da necessidade de registrar e recuperar, o entendimento, a interpretação dos documentos, tradições e indícios que chegam até nós. Esses indícios, de acordo com Ginzburg (1990) enfatizam apenas a necessidade de uma análise minuciosa de cada detalhe, que muito podem revelar sobre determinado fato ou fenômeno, agregando valor, significado e até mesmo *status* de documento para determinado objeto que não teria valor nenhum, decorrendo do ponto de vista que se observa.

Por exemplo, a arma de um crime teria valor e significado diferente sob a ótica de um perito, de um colecionador e de um leigo. Para os dois primeiros, o objeto detém indícios que podem atribuir significados relevantes, enquanto para o leigo não teria valor nenhum, além de uma possível ameaça.

Nos lugares de memória, a manifestação do entendimento se dá através do ponto de vista que se dá aos seus objetos peculiares, conforme assinalam Oliveira e Santos (2009): nos museus existe a consideração dos objetos como guardiões do passado, já nos arquivos há o sentimento de que os papéis são testemunhos, e, nas bibliotecas, a certeza de que o universo está enfileirado em estantes. Para os pesquisadores, a memória é como se fosse uma bússola, que os salvará diante de um oceano de interrogações sem respostas.

Portanto, os lugares de memória detêm o importante papel de guardiões e propagadores da memória e conseqüentemente da história. Não apenas propagadores por um ponto de vista rígido, único, mas difusores de informações cuja interpretação fica a cargo individual, pois a memória pode ter diversos significados e pontos de vista. Logo, a memória que está presente nesses lugares é necessária para que “[...] possamos perceber a íntima, ínfima e necessária relação entre as coisas. Memória para que a humanidade sinta que, por essência e por princípio, a sua existência não é hermética ou simplesmente instintiva” (OLIVEIRA; SANTOS, 2009, p. 7).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se perceber que o documento assume uma importância ímpar no desenvolvimento da sociedade, sendo essencial para o registro, acesso e difusão de informações e do conhecimento, cuja estrutura em que se encontram registra pode ser

apresentada de forma estruturada e devidamente localizada. Assim, graças à memória documentada, pode-se compreender o porquê dos fatos, da maneira como agimos, de como nossa cultura se desenvolveu e como se desenvolve. É natural que se queira lembrar, guardar, compreender, e isso se torna possível através dos processos mentais, ou, quando se deseja resgatar ou difundir, através do registro.

Conforme podemos observar, aquilo que está arraigado apenas a um meio efêmero, como as culturas essencialmente orais está fadado a desaparecer com o tempo, pois não possui a possibilidade de perdurar. Nesse sentido, os documentos se configuram como importantes instrumentos para a compreensão do passado e da memória social, que através do tempo modificou-se de acordo com o contexto a que estava atrelada, e que ainda continua em movimento, pois não é estática, e paira sobre o ponto de vista tanto individual como também do coletivo, da cultura social, costumes, crenças e tradições a que estamos todos vinculados. Nesse sentido, os lugares de memória se configuram como guardiões e propagadores da memória e conseqüentemente da história. Não apenas propagadores por um ponto de vista único, mas difusor de uma memória cuja interpretação fica a cargo individual.

A partir dessas considerações, podemos chegar a algumas conclusões, como por exemplo, o indiscutível papel dos documentos como meios de disseminar a memória, não necessariamente através da escrita, mas sob a forma de objetos que contam a história da humanidade e nos situam em um patamar que nos permite compreender muito do que somos hoje. Outro ponto importante trata da memória como produto das ações, fatos, crenças, tradições, sendo a própria identidade de uma sociedade, e a capacidade de resistir ao tempo, sendo repassada para as gerações subseqüentes. Os documentos e a própria memória registrada certamente teriam se perdido caso não houvesse repositórios que se dedicassem a sua preservação e disseminação. Logo, esses lugares de memória muito contribuem para a perpetuação da memória coletiva.

Conclui-se, pois, que a memória, resultante ao mesmo tempo de um cunho individual e coletivo, manifesta-se de forma viva, perpassando o tempo e o espaço, pois não há sociedade sem memória. Há muito tempo, registrar as memórias tem sido uma forma de garantir a sua sobrevivência. O documento, nesse sentido, é uma das garantias mais evidentes, sendo objeto central dos lugares de memória, sem os quais certamente, muito teria se perdido, comprometendo a apreensão que hoje usufruímos do passado e do que se passa hoje, graças à reflexão dos indícios que chegaram até nós.

**Abstract:** Product of a theoretical and bibliography review, this article discusses considerations, concepts and definitions of the document and its importance as an instrument for the propagation of memory. Debate the fact record the daily events as a characteristic innate to man, where the document is it written in the form of evidence is an object or instrument of memory that disseminates information to subsequent generations. Examines the concept of document and discusses their types, as well as to consider it as historical and cultural heritage. It also discusses the concept of memory and their views, while establishing a brief overview about its evolution. Discusses what are places of memory and its importance in the preservation and dissemination of history. It follows therefore that the memory, resulting while a die individually and collectively, manifests itself in a lively, spanning time and space, because there is no society without memory. Thus, it is rooted only a means ephemeral, as essentially oral cultures, is bound to disappear with time, because it has the ability to endure.

**Keywords:** Memory. Places of memory. Documentary memory.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, E. C. S.; FERREIRA, S. A preservação da memória de Jorge Amado: a experiência da Fundação Casa de Jorge Amado. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2004, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <[http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/erenilda.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/erenilda.html)>. Acesso em: 02 jun. 2010.

ANDRADE, R. M. N. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação - o caso da biblioteca nacional do Brasil. **Patrimônio e memória**. v. 4, n.2, p. 25- 42, jun. 2009.

BARROS, D. M. A memória. **Comciência**, n. 52, p. 1-4, mar.2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/15.shtml>>. Acesso em: 04 jun. 2007.

BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 45-73.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, C. A. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 4, n. esp., p. 01-20, 2006. Disponível em: <<http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/index.php>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

DODEBEI, V. L. D. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. 185 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FERREIRA, J.; AMARAL, A. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, v. 4, p.137-166, abr. 2004.

GINZBURG, C. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179

GOODY, J. Mémoire et apprentissage dans les sociétés avec et sans écriture: La transmission Du Bagre. In: **L'Homme**, XVII, 1977, p. 29-52.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JACOB, C. Ler para escrever: navegações Alexandrinas. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 45-73.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEROI-GOURHAN, A. **Le geste et la parole**. Paris: Michel, 1994.

MAIA, F. A. **Direito à memória**: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico, *Movendo Idéias*, Belém, v.8, n.13, p.39-42, jun 2003. Disponível em: <[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos\\_revistas/214.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/214.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2009.

MARINHO, Rosana Pereira; CHACON, Suely Salgueiro. A memória social como ferramenta de criação do patrimônio cultural: o caso do Cariri cearense. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14, 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/A%20MEM%20C3%93RIA%20SOCIAL%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20CRIAC%3%87%20C3%83O%20DO%20PATRIM%20C3%94NIO%20CULTURAL%20o%20caso%20do%20Cariri%20cearense.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E. Ciberespaço, memória e esquecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <[www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--104.pdf](http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--104.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2011.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, E. B. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 194 f. Tese (Dissertação em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, E. S.; SANTOS, A. E. A. A inutilidade dos lugares de memória: a “Biblioteca Verde” de Carlos Drummond de Andrade. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 96, maio de 2009. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/096/96oliveira-santos.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHIKIDA, A. M. S. **Informação, história e memória:** a constituição social da informação em relatos orais. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, I. J. Q. M. A importância da conservação, preservação e restauração e os acervos bibliográficos e documentais em saúde coletiva. **Boletim da Saúde**, v. 15, n. 1, 2001. Disponível em: <[http://www.esp.rs.gov.br/img2/v15n1\\_04importancia.pdf](http://www.esp.rs.gov.br/img2/v15n1_04importancia.pdf)> Acesso em: 17 dez. 2011.

YATES, F. A. **The art of Memory**. Chicago: University Press, 1966.